

Existe um Pacto de Obras?

Dr. Rousas John Rushdoony

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

A Confissão de Westminster, um dos grandes documentos da fé cristã, tem sido corretamente criticada num ponto ao longo dos anos.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.²

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.³

Q. 30. Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria?

Deus não deixa todos os homens perecer no estado de pecado e miséria, em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras; mas, por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça.⁴

A idéia de *qualquer* pacto que Deus faça com o homem possa ser outra coisa que não um pacto de graça é errônea e mortalmente errônea. *Primeiro*, qualquer pacto entre Deus e o homem deve ser iniciado e executado por Deus. Assim, ele é um ato da graça bem como da lei; ele requer obras, mas as obras são a resposta de gratidão pela graça da lei, pela graça do pacto de Deus. Nenhum pacto entre Deus e o homem pode ignorar o fato que há uma

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em outubro/2008.

² Confissão de Fé de Westminster, Capítulo VII, “Do Pacto de Deus com o Homem.”

³ Confissão de Fé de Westminster, Capítulo XIX, “Da Lei de Deus.”

⁴ Catecismo Maior de Westminster, Questão 30.

diferença radical entre as duas partes. De fato, o homem é totalmente criação e criatura de Deus; ele não pode reivindicar nada de Deus. Um pacto entre partes iguais ou próximas é mutuamente participativo; há benefícios para ambas as partes. É um pacto de amor, bem como de lei e obras. O casamento é um pacto assim: ele traz, no verdadeiro casamento, vantagens para as duas partes. Em tal pacto, uma dissolução é possível, e é por isso que existe a lei de divórcio (Dt. 24:1); a mutualidade do pacto foi quebrada. O homem, contudo, *não pode* terminar o pacto de Deus; o homem não o instituiu, e por conseguinte não pode terminá-lo. As obras da lei do homem são um *requerimento* legal do pacto, não uma *condição* dele; isto é, as obras não estabelecem o pacto, mas são requeridas pelo pacto. A graça de Deus requer a resposta de fé, obediência, amor, obras e mais. Assim, as obras da lei, isto é, a obediência da fé, é uma resposta, juntamente com o amor, gratidão e louvor, à graça do pacto. O pacto ou tratado entre duas partes, duas nações, ou um homem e uma mulher normalmente não é um ato de graça. Não casamos com alguém porque estamos mostrando-lhe graça, embora, como cristãos, a graça esteja presente em seu casamento, essa não é a razão para eles se pactuarem. Não dizemos: “De agora em diante, eu mostrarei graça a esse homem ou mulher, casando-me com ele ou ela.” O motivo do pacto de Deus é a graça. Assim, ele nunca é um pacto de obras. A lei desse pacto gracioso sempre requer obra de nós, mas o pacto é um ato de graça, e todas as bênçãos disso são graça.

Segundo, esse pacto de graça, porque é inteiramente feito mediante iniciativa de Deus, e antes mesmo da própria existência do homem (Atos 15:18), é um ato de predestinação. Cada aspecto do pacto, da queda, reprobção e redenção do homem é uma parte do decreto eterno de Deus. Fazer do pacto, em qualquer momento, um pacto de obras, é questionar a soberania e predestinação de Deus.

O texto-chave usado pela Assembléia de Westminster para apresentar esse conceito de um pacto de obras foi Gálatas 3:12: “Ora, a lei não é da fé; mas o homem, que fizer estas coisas, por elas viverá.” Paulo cita aqui Levítico 18:5: “Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; os quais, observando-os o homem, viverá por eles. Eu sou o SENHOR.” Mas esse texto é destinado ao povo actual de Deus, Seu povo escolhido, os eleitos da graça. Ele foi prefaciado com as palavras: “Fala aos filhos de Israel, e dize-lhes: Eu sou o SENHOR *vosso* Deus.” O nome actual, SENHOR, Jeová, ou

Iavé, é usado; o SENHOR declara à Israel, “Eu sou *vosso* Deus”, isto é, vosso Deus pactual. Eles são informados em Levítico 26:1-46 (e Dt. 28), que as *bênçãos* e *maldições* de Deus seguem a *obediência* e *desobediência*. *Viver* em termos de *bênçãos* ou *maldições* é muito diferente de viver em termos de *obras*. Como trabalhadores, somos *pagos* pelo nosso trabalho; Deus *abençoa* e *recompensa*, ou Ele *amaldiçoa*, algo muito diferente de salário. É absurdo e moralmente errado igualar esse aspecto do pacto de Deus com as obras.

Tercio, a Confissão, ao falar do pacto das obras, diz que “o homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto”, o Senhor deu-lhe um segundo pacto, um pacto da graça (Cap. VII, III). Isso novamente é um erro sério. A incapacidade do homem em relação a Deus não veio através da Queda. Nem no estado da inocência, na Queda ou no estado da graça e da glória o homem tem qualquer capacidade de prestar algo a Deus por meio de obras, ou de merecer algum benefício. Além disso, a vida de Adão e Eva no Éden era pela graça de Deus, não um produto de sua obediência antes da Queda. Com frequência ignoramos também uma frase-chave em 1 Pedro 3:7, “a graça da vida”. A própria vida é um dom da graça de Deus, quer ao redimido ou ao réprobo. Levítico 18:5 e Gálatas 3:12 nos dizem que, quando andamos em termos da fidelidade pactual, nos guardamos do julgamento de Deus, e recebemos as bênçãos de Deus. Se não obedecemos ao Senhor, o próprio fato da vida, um dom da graça, torna-se uma maldição para nós.

Quarto, Gálatas 3:12 nos diz, “o homem, que fizer estas coisas, nelas viverá”, não por elas.⁵ O comentário de Sanday vai direto ao ponto: “Sua vida brotará delas e será alimentada por elas, assim como uma árvore assenta sua raiz na terra.”⁶ É um erro sério separar de Deus a sua própria lei, justiça, juízo ou qualquer outro atributo dele, e então naturalizá-los. As bênçãos e maldições não são como a gravidade ou o carma, com uma consequência natural e automática. No mundo “natural”, podemos utilizar uma série de princípios para “contornar” outra série. Assim, a gravidade, não é desprezada pelo vôo de um avião, mas a gravidade não impede tal vôo. Na relação com Deus, *nada* que o homem possa fazer circunavega as bênçãos e maldições. Somente Deus, cujo governo é total, pode alterar sua relação para conosco, e é tudo pela graça e em Sua sabedoria, juízo e misericórdia.

⁵ Como em algumas traduções. (N. do T.)

⁶ W. Sanday, “Galatians”, in C. J. Ellicott: *Commentary on the Whole Bible*, VII. (Grand Rapids, Michigan: Zondervan). p. 443f

Tendo dito tudo isso, devemos adicionar agora, em defesa dos teólogos de Westminster, que eles nunca pretenderam que o pacto de obras fosse visto como um pacto de mérito. Contudo, em vista da comum hostilidade protestante a Roma, por sua ostensível doutrina das obras, qualquer conversa de um pacto de obras carrega uma conotação similar. Tanto Roma como Westminster poderiam simplesmente alegar que sua doutrina não afirma uma salvação pelas obras, mas ambos poderiam ser justamente acusados de abrir a porta para tal conceito, embora Westminster tenha limitado isso ao tempo do Éden. O termo “pacto de obras” era também considerado um pacto de “Natureza”.⁷ As emergentes filosofias da ciência estavam começando a ver a “Natureza” como um tipo de reino semi-independente de Deus; as indicações de Deísmo há muito já estavam presentes. Elas continuam a se apresentar nas idéias atuais de “Natureza”, que é simplesmente um substantivo coletivo para a criação de Deus; não é uma entidade independente. Assim, um conceito de obras *ou Natureza* separa o pacto da lei e graça soberana de Deus.

Dessa forma, a “quebra” do pacto por Adão não foi uma quebra de um pacto de obras ou Natureza, mas uma quebra da graça a Deus. Foi uma afronta e revolta pessoal contra a graça da pessoa de Deus. Adão e Eva foram confrontados pela pessoa de Deus (Gn. 3:8-9), e o julgamento pronunciado contra eles foi específico e pessoal (Gn. 3:16-24). O que chamamos “lei natural” não é pessoal; se coloco minha mão, acidentalmente ou não, no fogo, ou contra um ferro fervendo, sou queimado, e não faz diferença se sou macho ou fêmea, velho ou jovem, crente ou incrédulo. A maldição de Deus para a violação do Seu pacto é pessoal e específica; ela afeta toda a criação, e todos os homens, mas cada um de uma forma diferente. A maldição sobre Eva não é a mesma que foi posta sobre Adão. Eles sofreram igualmente por causa do pecado e da morte, mas, dentro dessa estrutura, diferenças específicas ocorreram. O julgamento é particular e pessoal. O pacto é sempre e somente instituído pela graça de Deus. Ele sempre é um pacto de lei, pois os pactos são uma forma de lei, e, portanto, sempre requerem obras. Isso, contudo, não faz dele um pacto de obras.

Fonte: *Systematic Theology* – volume 1, Rousas John Rushdoony, p. 376-9.

⁷ John H. Leith: *Assembly at Westminster*. (Richmond, Virginia: John Knox Press, 1973). p. 91.